# A luta pela terra no sudeste paraense: a territorialidade do acampamento Helenira Resende, Marabá-PA

Beatriz Andrade Cardoso<sup>1</sup> - Unifesspa *e-mail <u>bia.andrade@unifesspa.edu.br</u>* 

Rogério Rego Miranda<sup>2</sup> - Unifesspa *e-mail* rogeriomir@unifesspa.edu.br

Agência Financiadora: FAPESPA

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Geografia Humana/ Geografia Agrária

## 1. INTRODUÇÃO

Os acampamentos são produtos da luta de movimentos socioterritoriais que visam à reforma agrária, igualdade de direito no acesso à terra e um desenvolvimento pautado na agricultura camponesa. Observamos que nos últimos anos têm se intensificado os conflitos em torno da luta pela terra no sudeste do Pará, nesse sentido, buscamos analisar as estratégias de territorialização da luta pela terra utilizadas pelos movimentos socioterritoriais, em particular o MST, na sub-região em questão. Para tal, escolhemos estudar o acampamento Helenira Resende, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Marabá-PA, que possui uma realidade emblemática, já que resistiu a três despejos e, no ano de 2020, se encontra na iminência de uma nova reintegração de posse. A título de objetivos específicos, almejamos identificar e analisar o processo de reprodução socioeconômica dos sujeitos que compõem o acampamento e, também, analisar as principais formas de desarticulação territorial do acampamento empreendidas pelo Estado e pelo Grupo Santa Bárbara Xinguara S.A.

Há mais de uma década as famílias sem-terra do acampamento Helenira Resende vêm resistindo às ações desenvolvidas pelo Estado e pelos proprietários da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S.A. (AgroSB), que se utilizam de vários expedientes para desterritorializar-los, como ameaças de expulsão, violência física, criminalização das lideranças etc.

O referido acampamento encontra-se em uma sub-região marcada por uma estrutura fundiária com grande concentração de terras e um histórico de apropriação irregular de terras da União (EMMI, 2002), sendo este os fatores que levaram à ocupação da área do Complexo Cedro pelas famílias sem-terra.

Nesse contexto, com vistas à compreensão das estratégias de territorialização empregadas pelas famílias sem-terra do Helenira Resende na luta pela terra, nos pautamos teórica e conceitualmente na discussão de Robert David Sack (1986). Para o autor, entende-se que, diferentemente da territorialidade na perspectiva biológica, a territorialidade humana ganha outra conotação, pois passa a ser algo pensado, manipulado e moldável aos interesses humanos. Em outras palavras, a territorialidade passa a ser uma "ferramenta" de controle, de influência, de manipulação conforme as relações de poder estabelecidas: definida como a tentativa

<sup>1</sup> Graduanda em Geografia - Licenciatura (FG/ICH/Unifesspa). Bolsista do Programa de Pesquisa "A Territorialidade da Luta pela Terra no Sudeste Paraense a partir dos Movimentos Sociais/MST e Sindicais/FETAGRI-PA", financiada pela Fapespa. Integrante do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (Lerassp).

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Doutor em Geografia Humana pela USP. Professor Adjunto I da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FG/ICH/Unifesspa). Coordenador do projeto de pesquisa "A Territorialidade da Luta pela Terra no Sudeste Paraense a partir dos Movimentos Sociais/MST e Sindicais/FETAGRI-PA", realizado no Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (Lerassp).



de "afetar, influenciar ou controlar o acesso às áreas, recursos e pessoas, além de moldar comportamentos" (SACK, p. 21-22, 1986). Com efeito, os acampados adotam diversas estratégias com o fim de territorializaremse, a primeira corresponde à ocupação da terra e à subsequente construção do acampamento com famílias recrutadas pelo MST em realidades bastante precárias e que ambicionam o acesso à terra como meio de sobrevivência. Uma vez construído o acampamento, necessita-se a sua permanente manutenção, como controle sobre seus usos, acesso e formas de reprodução social nesses espaços.

## 2. MATERIAS E MÉTODOS

Visando melhor compreender a particularidade dos conflitos agrários na sub-região sudeste paraense, necessitou-se aprofundar o estudo no processo de sua formação territorial, enfatizando os acampamentos enquanto estratégia de territorialização dos movimentos socioterritoriais. Para este fim, realizamos uma revisão histórico-geográfica, teórico-conceitual e metodológica, com o intuito de refinar a interpretação sobre a temática, considerando a realidade pesquisada. Igualmente nos utilizamos da análise documental a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), do MST e da Vara Agrária de Marabá.

Paralelamente, realizamos o trabalho de campo no Helenira Resende em fevereiro de 2020, com o intuito de melhor identificarmos as estratégias cotidianas empregadas pelos acampados e desenvolver uma descrição analítica do território. Procedeu-se, no momento da pesquisa de campo, uma observação sistemática dos eventos do dia a dia e das relações comunitárias, desenvolvendo uma participação relativa no cotidiano dos sujeitos estudados (MINAYO et alii, 1994). Nesse período, foram feitas entrevistas semiestruturadas com lideranças do MST, além de professores e acampados que não estavam diretamente ligados à coordenação do acampamento. Adicionalmente, aplicamos questionários junto às famílias acampadas, nos quais a principal ferramenta utilizada foi o *Software Checkmob*, por meio dos smartfhones. Além desses materiais, utilizamos uma câmera profissional *Nikon CoolPix B600* e smartfhones para fazer os registros fotográficos da paisagem do acampamento com a finalidade de registrar o cotidiano dessa realidade, como atividades lúdicas, produtivas e políticas. Para o georreferenciamento do território, utilizamos GPS (Global Positioning System) para a coleta dos dados que posteriormente foram tratados e utilizados na construção de uma cartografia temática.

#### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destarte, na sub-região sudeste paraense observamos uma realidade cujas lógicas de apropriação e interesse sobre o território divergem, pois por um lado se encontra o grande latifúndio ligado ao capital financeiro e ao mercado de *commodities*, que monopoliza os recursos (terra, floresta, rios e minérios), explorando-os com fins mercadológicos e voltados ao mercado externo; e, por outro, os movimentos socioterritoriais, que traçam estratégias de ocupação das terras que apresentam indícios de irregularidade nos órgãos fundiários e auxiliam na construção dos acampamentos, a exemplo do Helenira Resende, que propõe um modelo de desenvolvimento econômico distinto, pautado na agricultura camponesa, ligada a uma produção diversificada e voltada à reprodução social dos camponeses e ao mercado de excedentes (MARTINS, 2009), empregando o trabalho familiar, permitindo às famílias se reproduzirem e tecerem uma relação com a terra pautada no valor de uso, ou seja, sem fins especulativos ou de acumulação capitalista.

Como mencionado anteriormente, o Helenira Resende é um acampamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que há mais de uma década trava uma luta com o grupo Santa Bárbara para a conquista pelo território referente ao Complexo Cedro — composto pelas fazendas Cedro, Fortaleza e Rio Pardo — localizado no município de Marabá e nas proximidades de Eldorado dos Carajás, às margens da BR-155.

Certamente as estratégias de desarticulação do movimento mobilizadas pelos empresários, com a anuência do Estado, em grande medida corroboraram para essa luta. Essas estratégias compreendem: o pedido de reintegração de posse da área ocupada, no caso do Helenira Resende já foram concedidos três pedidos de reintegração, apesar de comprovadas irregularidade na documentação, como aponta o *Dossiê de Análise da Situação Fundiária (CPT, 2003)*; o uso da violência, como, por exemplo, no ano de 2018 houve o caso em que um avião de propriedade da AgroSB passou por cima do acampamento pulverizando agrotóxico e causando



sérios danos às pessoas que foram atingidas; e outra estratégia utilizada pela AgroSB é a não negociação da área de litígio.

O intuito maior dessas ações é fazer com que os trabalhadores rurais sem-terra desistam. É vencê-los, covardemente, pelo cansaço. Vale destacar que essa estratégia também é utilizada pelo Estado quando ele promove o sucateamento, e assim a paralisação das ações organizadas pelos órgãos responsáveis pelo processo de regularização fundiária e reforma agrária, neste caso o INCRA. Além do uso da violência policial.

Mesmo com o campo de luta bastante limitado por conta das ações violentas praticadas pelo Estado e pelo Grupo Santa Bárbara na tentativa de desarticular o movimento, o acampamento busca incorporar no seu cotidiano novas estratégias de territorialização da luta pela terra. Quando observamos a forma espacial do acampamento, logo identificamos objetos geográfico-simbólicos que nos dão argumentos para falarmos do exercício da territorialidade naquele espaço social, partindo da concepção de territorialidade humana enquanto a tentativa de afetar, influenciar ou controlar o acesso a áreas (SACK, 1986), a exemplo: a bandeira do movimento MST, os pequenos cultivos, a porteira que serve como guarita — que no momento está desativada —, o barração de reuniões, a placa de identificação do acampamento, ou seja, estes objetos estão postos no território como uma forma de identificação do grupo, mas, também, como uma estratégia, seja em relação ao acesso restrito, pois existe um "controle" da entrada e saída de pessoas, e principalmente no que diz respeito à segurança do movimento, além do exercício de afirmação da identidade social desses homens e mulheres semterra.

As estratégias de luta vão muito além desses objetos geográficos mencionados, pois diante de toda tentativa de desarticulação do movimento, ele precisa incorporar outras formas de resistência que futuramente culminem com a territorialização das famílias sem-terra. Nos acampamentos organizados pelo MST, e particularmente no Helenira Resende, a apropriação de *aparelhos privados de hegemonia* (GRAMSCI, 1968), como escolas e igrejas, tem sido de grande importância para a permanência nos acampamentos, pois são instituições que promovem o debate e a disputa pelos valores disseminados em torno da luta pela terra e do modelo de desenvolvimento regional. Dessa forma, nos últimos anos, a principal estratégia de luta implementada pelo grupo de sem-terra tem sido a produção. Em geral possuem como atividade principal a agricultura, desenvolvendo cultivos de ciclo curto, como mandioca, milho, abóbora, feijão, fava, cana-deaçúcar, além de frutas e hortaliças (ver gráfico 1); e paralelamente criam animais de pequeno, médio e grande porte, a saber galinha, porco, caprinos e gado leiteiro. Criações, como podemos observar no gráfico 2, que de certa forma têm contribuído para a reprodução socioeconômica dessas famílias e para a permanência do grupo no território.

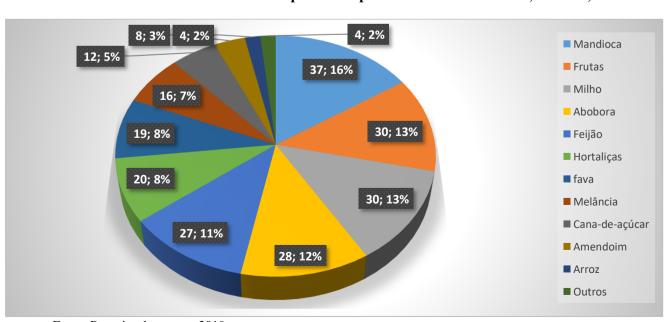
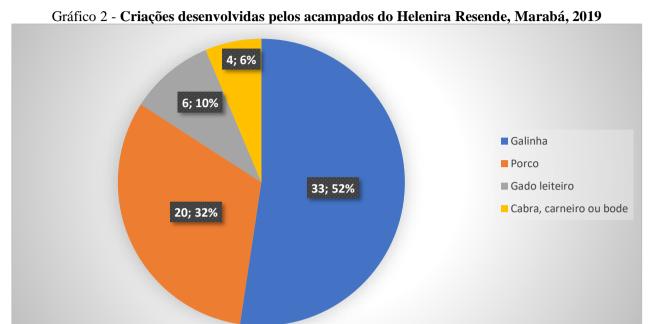


Gráfico 1 - Cultivos desenvolvidos pelos acampados do Helenira Resende, Marabá, 2019

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A incorporação da produção como estratégia territorial tem ganhado força na luta desenvolvida pelos acampamentos organizados pelos movimentos sociais/MST, em especial o Helenira Resende, e movimentos sindicais/Fetagri no sudeste paraense.

Relacionada às outras estratégias territoriais de luta pela terra, como, por exemplo: bloqueio de estradas, caminhadas, marchas, ocupações, protestos, dentre outros utilizados pelos acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e por outras organizações sindicais na sub-região sudeste paraense, o acampamento Helenira Resende apresenta uma deficiência, muito em razão da desmobilização que a organização do acampamento sofreu por conta dos despejos e, também, pelo fato de o contingente de pessoas estar baixo para realizá-las. Além do receio às ações violentas da polícia.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa com os movimentos sociais, mais especificamente com os acampados, nos permitiu compreender a complexa questão agrária do sudeste paraense, mas igualmente a importância dos territórios-acampamentos (MIRANDA, 2019) para reprodução da vida desses sujeitos.

Em suma, notamos que o acampamento Helenira Resende, diante das ações do grupo Santa Bárbara e do Estado em desarticular o movimento, vem desenvolvendo estratégias territoriais que em grande medida têm contribuído para a permanência do grupo de famílias sem-terra no território, mesmo em condições precárias de reprodução da vida. O que temos identificado é que os acampamentos organizados pelo MST estão empenhados em desenvolverem uma produção diversificada voltada para a reprodução do núcleo familiar, mas também em excedente (MARTINS, 2009) para mercados e/ou feiras, garantindo produtos baratos e livres de agrotóxicos. Igualmente, têm utilizado a escola e a igreja como estratégia de resistência do acampamento.

# REFERÊNCIAS

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Dossiê de Análise da Situação Fundiária.** Marabá: CPT, 2013. 48p. [não publicado].

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.



EMMI, Marília Ferreira. **Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativista no Pará até a década de 60**. Belém: UFPA/NAEA, 2002. p. 1-25. (*Papers* do NAEA, n. 166).

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos fins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S. et ali (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MIRANDA, Rogério Rego. Territórios-acampamentos e a construção de um território contra hegemônico no sudeste paraense. 2019, no prelo.

SACK, Robert David. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.